



Queremos mesmo ler livros politicamente corretos?

Os escritores Enid Blyton, Roald Dahl, Agatha Christie ou Ian Fleming não escaparam à chamada cultura de cancelamento nos países anglo-saxónicos. Várias editoras estão a publicar novas edições dos seus livros substituindo termos como “gordo”, “feio” ou “gay”. Tudo em nome do respeito pelas diversas sensibilidades do mundo de hoje. Numa altura em que decorre a Feira do Livro de Lisboa, os editores garantem que o movimento ainda tem pouca expressão em Portugal. Mas já chegou ao mercado.



“D

eixem-me decidir com o que fico ofendido e com o que não fico ofendido. Eu seria contra a leitura de qualquer livro, de qualquer época, que diga ‘resumido devido às sensibilidades modernas’”.

O apelo é de Tom Hanks. O famoso ator de Hollywood falava aos microfones da BBC Radio 4 sobre o lançamento do seu novo romance “The Making of Another Major Motion Picture Masterpiece” quando criticou a política do cancelamento na literatura anglo-saxónica, que boicota linguagem potencialmente ofensiva nas obras literárias, independentemente da época em que foram escritas.

Hanks afirmou que devemos “ter fé nas nossas próprias sensibilidades, em vez de deixar alguém decidir com o que podemos ou não nos ofender”.

É mais uma voz que se junta ao coro de protestos em todo o mundo contra o movimento do cancelamento, que está a ganhar força em países como os EUA e o Reino Unido e que defende a alteração de palavras ou mesmo a retirada de excertos de obras literárias que não são politicamente corretas.

Nem os livros infantis escapam ao “lápiz azul” desta que já é considerada por muitos uma nova forma de censura. Roald Dahl, autor de “Charlie e a Fábrica de Chocolate”, e Enid Blyton, que escreveu a coleção “Os Cinco” e criou a personagem Nody, livros que atravessaram gerações, são alguns dos escritores cancelados. No caso da escritora inglesa, houve bibliotecas públicas em Devon, Inglaterra, que retiraram os seus livros com a versão original das prateleiras e os esconderam alegando, segundo a imprensa britânica, que têm linguagem “desatualizada” e “ofensiva”.

Pedro Sobral, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), não tem conhecimento de obras reescritas nas chancelas portuguesas. Existem ainda “poucos casos” de editoras nacionais que recorrem a leitores de sensibilidade, que têm como função detetar linguagem potencialmente ofensiva nos livros.

JOGAR PELO SEGURO

A Penguin Random House é um dos grupos editoriais que já recorreu a estes “peritos”. Aconteceu num livro juvenil publicado em 2021 intitulado “Raízes Negras”, da escritora Lúcia Vicente, que fala sobre várias pessoas negras que se destacaram na história e na cultura. Entre elas, Martin Luther King, Marielle Franco, Cesária Évora ou Barack Obama.

“Pedimos a colaboração de vários tipos de leitores de sensibilidade para termos a certeza de que a linguagem que estávamos a

usar não era ofensiva porque quisemos salvaguardar-nos”, refere Clara Capitão, editora do grupo literário internacional em Portugal. Essas pessoas fizeram comentários que “nos pareceram fazer sentido e que implementámos com autorização da autora”.

Clara Capitão sublinha que é “contra a alteração de texto”, porque com isso “entramos em caminhos muito delicados” em que “é muito difícil definir o que é correto fazer e o que é abusivo e desrespeitador da obra”. Sobretudo, quando os autores já morreram e não estão cá para autorizar essas mudanças.

No caso dos “clássicos”, as obras antigas internacionais que estão no catálogo da Penguin, muitas vezes, “um prefácio que insira o livro no seu contexto histórico, político ou social pode ajudar a enquadrar o livro e evitar leituras erradas”. Tem sido essa a regra.

Se um livro, “por alguma razão, nos incomodar, a decisão é entre publicar ou não publicar”, diz. Se o escritor for vivo, o editor sugere alterações ao livro. Nessa consulta ao autor, “quando há dúvidas de que possa haver linguagem potencialmente ofensiva, dizemos: surgiu-nos esta questão. Acha bem corrigir? A última palavra deve ser sempre do autor”. Caso não haja acordo, o editor pode sempre optar por não publicar. Já aconteceu, admite.

Clara Capitão afirma que não recebeu instruções da casa-mãe em Nova Iorque, nem de Madrid, a quem reporta, sobre a revisão de textos. Mas existem diretrizes muito claras para que o grupo tenha um catálogo e uma força de trabalho diversos. “Somos muito sensibilizados com formações todos os anos para a necessidade de inclusão, de diversidade, de igualdade e de os nossos conteúdos refletirem isso”.

Contactado pelo Negócios, o grupo Porto Editora, um dos maiores grupos editoriais do país, limitou-se a dizer numa declaração escrita que “tem acompanhado este e outros fenómenos que têm ocorrido em alguns países e que geram debates à volta dos livros, dos leitores e dos seus autores”. A empresa afirma que as suas equipas “são dotadas de profissionais com elevadas competências técnicas e ‘soft skills’ na área da inclusão, diversidade e igualdade, garantindo a pluralidade de ideias na abordagem rigorosa dos diferentes temas”.

Este movimento de cancelamento não diz respeito apenas a questões éticas; também levanta questões legais. De acordo com a lei portuguesa, nenhuma mudança pode ser feita numa obra literária sem o consentimento do autor, refere a jurista Sílvia Cristóvão. Caso contrário, é considerado um “atentado” à genuinidade e à integridade da obra.

Quando um escritor morre, o artigo 57.º do código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos prevê que são os herdeiros que têm a última palavra nessa matéria. A especialista em direitos de autor do escritório de advogados Pares Associados explica que mesmo que a obra já esteja em domínio público, “não pode ser alterada” porque o que cai em domínio público é a “possibilidade de tirar rendimento económico” dessa mesma obra, não o seu conteúdo.

O DILEMA DOS ESCRITORES

Afonso Reis Cabral viu dois dos seus livros serem recusados por uma editora nos EUA por abordarem temas “problemáticos para o mercado norte-americano”. Depois de muita polémica nas redes sociais, decidiu escrever um artigo de opinião no Público, onde esclarece que não foi censurado, vetado ou banido nos EUA. “Uma editora tem todo o direito e liberdade de publicar o que entender, pelos motivos que entender, sejam eles literários, ideológicos ou económicos”, afirmou.

No caso do romance “O meu irmão”, que ganhou o Prémio LeYa em 2014, o facto de ter uma personagem com síndrome de Down

continua

ANÁLISE

Miguel Baltazar



Clara Capitão, editora da Penguin Random House, já recorreu a leitores de sensibilidade no livro juvenil "Raízes Negras". Foram feitas alterações à obra com o acordo da autora Lúcia Vicente, garante.

continuação

foi "visto como demasiado duro, franco, o que seja". Já em "Pão de Açúcar", o problema foi ter sido "escrito por um homem cis tendo por personagem uma mulher trans". A editora ainda procurou um "leitor de sensibilidade" LGBTQI+ mas, "não tendo encontrado quem lesse português, declinou publicar".

No mesmo artigo, o escritor concluiu: "Querer que a literatura apresente uma visão moralizante da vida nasce talvez de uma boa intenção — e do desejo de mudar o mundo. No entanto, embora bastante louvável, é também bastante néscio."

Outros autores portugueses têm tido experiências mais "pacíficas" lá fora. É o caso de Alice Vieira, uma das mais antigas escritoras de livros infantojuvenis em Portugal, com obras traduzidas em diversas línguas. A autora de "Rosa, minha irmã Rosa" é uma crítica do movimento do cancelamento e garante que não se sente condicionada na sua escrita para corresponder a esses padrões linguísticos. Acredita que esta "mania do politicamente correto" não vai chegar cá. Mas já ouviu outros escritores portugueses queixarem-se de que "agora não se pode dizer isto ou aquilo". Para a escritora, este crivo apertado na linguagem é completamente limitador para quem escreve. De facto, diz, "parece o tempo da censura", que tão bem conheceu quando era jornalista durante o Estado Novo.

Alice Vieira recorda que sempre existiram contos infantis com partes "horríveis". Um exemplo são os livros da Condessa de Ségur, que logo na primeira página dizem: "esta história deve ser lida à luz do tempo em que foi escrita". Nessas histórias, escritas no século XIX, "batiam inenso aos miúdos, os criados eram uns desgraçados..., mas isso é aquela época". E "até é bom que saibamos o que se passou nessa altura".

A autora tem acompanhado o que está a acontecer no Reino Unido porque pertence a um grupo inglês de amigos da Enid Blyton com quem tem conversado sobre a política de cancelamento de obras da escritora de "Os Cinco". Percebeu que "há grupos de pressão no país" para reverter esta situação.

Afonso Cruz é outro autor português com livros traduzidos em mais de 20 línguas. A sua obra mais internacional é "A



O escritor Afonso Cruz visita frequentemente feiras e festivais internacionais de literatura. Nota que o tema do "politicamente correto" está mais presente na América Latina e nos países anglo-saxónicos.

Miguel Baltazar



O cancelamento na literatura é um fenómeno de vagas. Os livros sempre foram incómodos, diz Pedro Sobral, presidente da APEL. Não é por acaso que as primeiras coisas que os grandes regimes totalitários fazem "é queimar livros".

O papel da literatura também é "confrontar-nos com os nossos próprios demónios", diz Pedro Sobral, presidente da APEL. Como leitor, reconhece que já leu coisas que o "ofenderam".



boneca de Kokoschka". O escritor é presença habitual em feiras e festivais do setor. O tema da cultura do cancelamento tem sido abordado de forma diferente nos vários países por onde tem passado.

No Brasil, por exemplo, uma sociedade "onde há problemas estruturais muito grandes, essa preocupação está sempre muito presente", assim como em toda a América Latina. Na Europa, "fala-se menos". Mas, nos países anglo-saxónicos, as questões do politicamente correto não só são faladas, também são visíveis. "Basta entrar numa livraria e ver os livros que estão em destaque".

Para ele, não faz sentido retirar livros que não são politicamente corretos do mercado. "Se de repente higienizarmos a história à luz do presente, parece que não aconteceu nada de mal no passado, que era tudo uma maravilha e que as pessoas eram todas muito bondosas umas com as outras. Há que ter algum cuidado com isso", alerta.

Afonso Cruz defende que "há algumas fronteiras que é preciso definir" no que diz respeito à alteração de obras. "Uma coisa é uma intervenção governamental, de uma estrutura que impõe determinadas regras. Outra, são as escolhas de uma empresa privada, como é o caso da maioria das editoras", que são livres de comprar ou não um livro se se sentirem incomodadas com o que lá está escrito. É certo que "há editoras que se vão preocupar mais com determinados temas do que outras".

O escritor diz que nunca sofreu pressões para fazer alterações nas suas obras, mas "com a rapidez com que as coisas têm mudado, é normal que daqui a uns tempos expressões ou determinadas palavras deixem de ser aceitáveis".

Se essa transformação for imposta, "temos o problema da liberdade do autor". A decisão será do próprio. "Se ele sentir que essa alteração linguística modifica muito a componente artística do que escreveu, se callar é melhor não mudar. Mas, se for irrelevante, não há problema nenhum", defende.

Num futuro próximo, Afonso Cruz acredita que "a maior parte dos autores tenderá a evitar determinadas palavras". A não ser que a personagem em causa seja datada e faça sentido falar de uma determinada forma.

Afonso Cruz crê que "a maior parte dos autores tenderá a evitar determinadas palavras". A não ser que a personagem em causa seja datada e faça sentido falar de uma determinada forma.



A escritora Alice Vieira é uma crítica do movimento do cancelamento e garante que não se sente condicionada na sua escrita para corresponder a esses padrões linguísticos.

LIVROS QUE INCOMODAM

Pedro Sobral, presidente da APEL, recorda que o cancelamento na literatura não é algo novo porque os livros sempre foram "incómodos". É um fenómeno de vagas. Esta, do politicamente correto, é a mais recente. Olhando para a história, não é por acaso que "os grandes regimes totalitários - sejam eles de esquerda ou de direita - das primeiras coisas que fazem é queimar livros, fechar bibliotecas ou esconder livros".

Enquanto leitor, já leu coisas que o ofenderam. Mas também é esse o papel da literatura - "confrontar-nos com os nossos próprios demónios", defende. Os livros muitas vezes apresentam-nos "coisas completamente contraditórias às nossas crenças, à forma como estamos no mundo".

Nos dias de hoje, "numa sociedade democrática, livre, num estado de direito, o incómodo [que um livro possa causar] é debatido e discutido no espaço público". Pedro Sobral sublinha que os editores consideram que todos têm o direito à indignação. Mas existem "ferramentas que permitem de uma forma civilizada, moderada, democrática discutir e conversar sobre o assunto".

O grande problema é quando "desta discussão à volta de algo que nos incomoda, passamos para a utilização de ferramentas de limitação de acesso". Esse "não me parece que esse seja o caminho adequado", afirma. **w**